



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório e Parecer

Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI, relativo ao Plano Anual Regional para 2020, e de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020

13 de novembro de 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada: 3082 Proc. n.º 102
Data: 019/11/19 N.º 50/51/XI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 50XI, RELATIVO AO PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2020, E DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 51/XI, RELATIVO AO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2020

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 06 de novembro de 2019, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional com competência em matérias afetas à Comissão, referentes às Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI, relativo ao Plano Anual Regional para o ano 2020, e Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020.

As supramencionadas Propostas foram enviadas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho no dia 31 de outubro, com data limite de emissão de parecer sectorial e envio à Comissão de Economia até dia 13 de novembro de 2019.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas *h)* e *i)* do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *p)* do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas *b)* e *c)* do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela citada Lei n.º 2/2009.

Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público, e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, a matéria em apreço é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III
APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano económico de 2020, nas seguintes matérias:

- Trabalho e Formação Profissional;
- Comunicação Social;
- Ordenamento do Território;
- Ambiente.

Assim, no que se refere ao Plano, a análise da Comissão abrange o Projeto 1.3 “Emprego e Qualificação Profissional” do Programa 1 – Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa - os Projetos 11.1 “Qualidade Ambiental”, 11.2 “Conservação da Natureza”, 11.3 “Recursos Hídricos” e 11.4 “Ordenamento do território” do Programa 11 - Ambiente e Energia - , o Programa 13 – Assuntos do Mar – e os Projetos 15.1 “Apoio aos Media” e 15.2 “Jornal Oficial” do Programa 15 - Informação e Comunicação.

A apreciação das propostas foi acompanhada da audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria.

a) Audição do Vice-Presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila.

O **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (VPGRA)** referiu que o Plano para 2020 visa dar continuidade ao esforço feito pela Região em termos da criação de mais e melhor emprego, salientando, nesse contexto, a componente da formação profissional e a componente da qualificação dos recursos humanos, que considera fundamentais no âmbito desta estratégia, mencionando os bons resultados que esta tem permitido alcançar, refletidos inclusivamente nos últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística sobre o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Emprego.

Concluiu afirmando que o Plano para 2020 visa, portanto, o reforço dessa estratégia de capacitação dos recursos humanos, visando a sua inserção no mercado de trabalho e a produção de valor na atividade económica.

Em fase de pedido de esclarecimentos, a **Deputada Graça Silveira (Independente)** perguntou, relativamente à rubrica 1.3.1, sobre a Formação Profissional, qual o valor destinado especificamente à formação de ativos e, no que se refere à requalificação dos ativos, se os valores respeitantes ao Turismo se encontravam inseridos no Programa 1 ou no Programa específico do Turismo. Perguntou, igualmente, em relação à rubrica 1.3.6 – Estudos, Projetos e Cooperação -, o que se entendia por ações de promoção da defesa do consumidor.

Em resposta, o **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** esclareceu existirem duas variáveis no que diz respeito à formação de ativos: a que se destina aos ativos enquanto trabalhadores que exercem a sua atividade numa empresa e a que se destina aos ativos que se encontram numa situação de desemprego. No que se refere à primeira situação, referiu que, no conjunto de 2019 e 2020, está previsto um investimento superior a 3,5 milhões de euros através de avisos do PO do FSE para que as entidades externas se possam candidatar a formações para os trabalhadores das suas empresas. Acrescentou, ainda, a existência de vários milhões de euros, no âmbito da Rede Valorizar, para a formação de outros ativos, ou seja, pessoas que estejam em situação de desemprego ou que careçam de uma qualificação ou valorização académica específica. Referiu, depois, no que concerne à formação na área do Turismo, que as verbas destinadas à formação que não seja de ativos mas sim de uma formação adicional específica se encontram no âmbito da Secretaria do Turismo.

Quanto à rubrica 1.3.6, esclareceu que a verba aí disponível visa financiar um protocolo com a ACRA, sendo essa entidade que desenvolve as referidas ações de promoção da defesa do consumidor nos termos que têm sido habituais.

A **Deputada Graça Silveira (Independente)** interveio novamente solicitando esclarecimentos em relação ao aumento do valor do Programa Estagiar L, questionando se não serviria melhor os jovens qualificados da Região, em vez desse aumento, a criação de uma medida de incentivo para as empresas de forma a que fixassem nos seus quadros esses estagiários.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** respondeu que o aumento de 67,08 euros que terá lugar, a partir de janeiro, para todos os estagiários do Programa Estagiar L, resulta da aplicação de um percentagem sobre o salário mínimo, de modo que, em cada ano, verificando-se um aumento do salário mínimo, o valor do Estagiar L é automaticamente atualizado na mesma proporção do daquele.

Referiu, depois, que com o objetivo de fixar os jovens nas empresas foi já criado o Programa de Inserção e Integração de Estagiários (PIIE), que apoia todas as empresas que, após a conclusão do Programa Estagiar L ou T, contratem os respetivos estagiários. Acrescentou que esta é uma medida que tem permitido excelentes resultados, uma vez que 80% dos estagiários que, após a conclusão do Programa Estagiar, são contratados pelas empresas, acabam por ficar efetivamente nelas.

A **Deputada Graça Silveira (Independente)** perguntou então onde poderia ser encontrada a verba para esse efeito no Plano e Orçamento ao que o **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** respondeu que a mesma se encontrava na rubrica 1.3.3.

Tomou, depois, a palavra o **Deputado António Vasco Viveiros (PSD)** que referiu que, de acordo com os últimos dados publicados, existem cerca de 3800 trabalhadores em programas ocupacionais, existindo 3 candidaturas aprovadas a fundos comunitários, no valor de 100 milhões de euros, para financiamento desses programas. Nesse sentido, quis saber qual a estimativa para 2020 em termos da redução de ocupacionais, quais as verbas previstas para o financiamento dos programas ocupacionais e se as candidaturas já aprovadas são suficientes para o financiamento do próximo ano.

O **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** respondeu que os dados relativos aos programas ocupacionais são claros, tendo-se verificado uma redução para menos de metade. Afirmou que, no próximo ano, estará apenas em vigor o Programa Prosa, que visa a inserção de pessoas com mais de 45 anos ou numa grave situação económica ou social, cujo financiamento será feito não com fundos do Fundo Social Europeu mas sim com dotações inscritas no orçamento da Região. Quanto ao valor desse financiamento, esclareceu que o mesmo depende do número de candidaturas efetuadas, que ocorrem em duas fases, e do número de entidades que concorram para absorver esses programas, sendo que a média é de 600 candidaturas por fase e a remuneração equivale ao salário mínimo regional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Acrescentou que essa dotação se encontra no âmbito da ação 1.3.3.

Não havendo mais perguntas a Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

b) Audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT)** iniciou a sua intervenção afirmando que a anteproposta de Plano Anual para 2020, nas áreas desta Secretaria Regional, preveem um investimento de cerca de 56 milhões de euros e espelha, uma vez mais, a estratégia consolidada do Governo dos Açores num desenvolvimento que salvaguarda os recursos naturais e a qualidade de vida dos açorianos, ao mesmo tempo que se consolida o dinamismo económico.

Referiu que, com este mesmo espírito, a proposta de Plano confirma a aposta do Governo dos Açores na área do Ambiente, assegurando um efetivo desenvolvimento sustentável da nossa Região, num investimento de 19,7 milhões de euros.

Nesse sentido, referiu que a qualidade ambiental continua a ser uma aposta estratégica, com particular incidência nos resíduos, através do cumprimento das metas delineadas no Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, mas também na aposta continuada na prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos e na diminuição dos impactos ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida, por via da sua valorização. Destacou, neste contexto, um projeto pioneiro de apoio às Câmaras Municipais na recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis.

Referiu, também, que, no âmbito das Alterações Climáticas, por via da aprovação do seu Programa Regional, serão incrementadas ações relativas à mitigação das emissões e à adaptação às mudanças climáticas, por ser este um dos maiores desafios com o qual a Humanidade se depara atualmente.

No que diz respeito à Conservação da Natureza, que representa a maior fatia de investimento ambiental, salientou o reforço significativo das correspondentes dotações orçamentais, com destaque para a implementação de três projetos LIFE, que incorporam ações de recuperação de espécies e *habitats*, incluindo o combate a espécies exóticas invasoras, bem como o incremento de faixas de vegetação, os denominados corredores ecológicos, que permitem aumentar a riqueza e diversidade biológica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Acrescentou que, também o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos Parques Naturais de Ilha, e em Reservas da Biosfera, terá um substancial reforço de investimento face ao ano anterior, continuando a representar uma forte aposta na salvaguarda e valorização de algumas das nossas paisagens mais emblemáticas.

No âmbito dos recursos hídricos, mencionou, como prioridade para 2020, a alteração do Plano Regional da Água, a monitorização regular da manutenção da rede hidrográfica, com vista à segurança de pessoas e bens, e a monitorização qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, incluindo o combate aos processos de eutrofização das nossas marcantes lagoas.

Em termos de políticas de ordenamento de território, afirmou que será dada continuidade aos processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, ao desenvolvimento do sistema de monitorização de zonas de risco e ao processo de elaboração do Cadastro Predial, rústico e urbano, abrangendo todas as ilhas dos Açores.

Referiu ainda que todas estas ações de desenvolvimento das políticas ambientais irão continuar a merecer um reforço de meios de inspeção e vigilância e de participação de ocorrências e infrações ambientais, sendo para tal importante continuar a envolver todos os cidadãos, através da promoção de uma verdadeira cidadania ambiental ativa, e simplificar os procedimentos administrativos, por via do licenciamento único ambiental.

Concluiu afirmando a opção por um modelo de desenvolvimento assente nos objetivos do desenvolvimento sustentável que tem permitido dotar os Açores dos instrumentos estruturantes, com as suas necessárias atualizações, para encarar os novos desafios, particularmente ao nível da qualidade ambiental, das alterações climáticas e da consolidação de um destino turístico sustentável.

Solicitou a palavra a **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** que perguntou, relativamente à ação 11.1.2 - Plataforma da Informação da Qualidade do Ar -, para quando está prevista a sua conclusão e qual a razão de não ter sido concluída em 2019 uma vez que estava já prevista no plano anterior. Quanto à ação 11.1.6 - Instalações e Equipamentos dos Centros de Processamento de Resíduos -, pediu esclarecimentos sobre o investimento a realizar em Santa Maria. Na ação 11.1.14 - Licenciamento Único Ambiental -, quis saber para quando está prevista a conclusão do desenvolvimento desta plataforma. Ao nível da ação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

11.2.2 - Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reservas da Biosfera -, perguntou porque não foram os mesmos concluídos no primeiro semestre de 2019, como estava inicialmente previsto, se esse atraso se deveu ao afastamento do responsável pela elaboração destes planos e para quando se prevê a respetiva conclusão. Indagou, também, no que diz respeito à ação 11.2.7 - Recuperação de Trilhos e Infraestruturas de Apoio da Fajã de Santo Cristo -, uma vez que estão previstos no Plano os mesmos 390 mil euros que já constavam em 2019, a razão de não ter havido execução e para quando a mesma está prevista. Quanto à ação 11.2.11 - Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais -, quis saber de onde provêm os 2 milhões de euros referentes a Outros Fundos e a que se destinam. Referiu, depois, que a ação 11.2.16 - Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge - não consta deste Plano perguntando se tal se deve ao facto de o referido plano integrado estar concluído e, em caso afirmativo, onde se encontra disponível. Na ação 11.2.25 - Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão - Terceira -, considerando que, em 2019, esta ação estava contemplada com 600 mil euros e que, em 2020, está previsto um milhão de euros para a mesma, quis saber o que foi feito no ano transato e o que se pretende fazer no próximo ano. Prosseguiu questionando a Senhora Secretária em relação à ação 11.3.5 - Controlo da Biomassa e dos Níveis de Nutrientes das Lagoas - e à previsão da conclusão da conceção e desenvolvimento de uma unidade móvel de filtração de nutrientes para as lagoas de São Miguel. No que se refere à Informação e Monitorização do Território - ação 11.4.2 -, perguntou para quando está prevista a finalização do desenvolvimento da respetiva plataforma. Quis saber, também, quanto à ação 11.4.4 - Informação Geodésica, Produção Cartográfica e Cadastro Predial -, uma vez que estava já prevista a informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica dos concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, o que já foi concluído este ano e o que falta ainda fazer. Em relação à ação 11.4.9 - Plataforma de Informação Cadastral -, perguntou para quando está prevista a conclusão desta plataforma, que desenvolvimentos ocorreram ao nível da elaboração do cadastro predial dos Açores e qual o valor do projeto de implementação da informação cadastral. Finalmente, mencionou uma ação que já não consta deste Plano, referente à Proteção do Talude na Vertente Sobranceira à Vila das Velas - 11.4.12 -, questionando quando se verificou a conclusão desta.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** começou por esclarecer, relativamente à Plataforma da Informação da Qualidade do Ar, que embora esta estivesse já



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

prevista em 2019 tal não significa que estivesse perspetivada a sua conclusão no decorrer deste ano, uma vez que se trata de uma área de investimento continuado, pretendendo-se a existência de um número de estações suficientes para permitir a informação necessária assim como um sistema informático adequado e eficiente. Acrescentou que os valores do investimento para esta ação foram de 180 mil euros em 2019, prevendo-se agora 210 mil euros para 2020.

Referiu, depois, quanto à ação 11.1.6, que estão previstos 50 mil euros destinados à substituição de equipamentos no Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria, em virtude do desgaste habitual que se verifica nestas unidades.

No que se refere ao Licenciamento Único Ambiental, afirmou ter sido feita uma adjudicação a uma empresa do continente, estando já aprovada pelos serviços uma estrutura base, procedendo-se, na fase presente, ao desenvolvimento de conteúdos e prevendo-se a entrega do trabalho final no decorrer do primeiro semestre do próximo ano. Salientou que faltará, depois, a produção da matéria legislativa que dará corpo a este projeto e que permitirá a sua implementação em pleno.

Quanto aos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reservas da Biosfera, referiu que estava já agendada uma reunião do CRADS, onde vão ser discutidos os planos que estão terminados, nomeadamente, São Miguel, Pico e Faial, bem como os 4 planos de ação de reservas da biosfera. Depois desta discussão e da recolha dos pareceres dos parceiros do CRADS, estes 3 planos de gestão serão colocados em discussão pública e avançar-se-á com os restantes planos. Esclareceu que a substituição da pessoa responsável pelos planos introduziu efetivamente algum atraso que, no entanto, foi já recuperado.

Aproveitou para responder à questão sobre o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge, explicando que o mesmo não consta deste Plano por se encontrar incluído no plano de ação da reserva da biosfera, no caso, da ilha de São Jorge, desaparecendo, por esse motivo, enquanto rubrica específica.

No que diz respeito à Recuperação de Trilhos e Infraestruturas de Apoio da Fajã de Santo Cristo, explicou que esta ação está consubstanciada num contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Calheta e que os pagamentos vão sendo executados à medida que os respetivos trabalhos vão sendo desenvolvidos, tendo-se verificado algum atraso por parte desta edilidade no arranque dos trabalhos em causa, situação que implicou a necessidade de recalendarizar os fluxos financeiros correspondentes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Quanto à Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais, respondeu que o respetivo financiamento tem relação com o financiamento da Azorina e que os 2 milhões de euros têm origem nas receitas que se considera que poderão advir da própria atividade da Azorina.

Sobre o Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão esclareceu que, durante o ano de 2019, foi elaborado o respetivo projeto, do qual será feita a divulgação pública durante o mês de novembro, sendo que a dotação prevista no Plano para 2020 se destina à sua concretização.

Em relação à ação 11.3.5 - Controlo da Biomassa e dos Níveis de Nutrientes das Lagoas - e à previsão da conclusão da conceção e desenvolvimento de uma unidade móvel de filtração de nutrientes para as lagoas de São Miguel, referiu que este processo tem vindo a ser elaborado com o Instituto Superior Técnico que, neste momento, já apresentou uma proposta de uma unidade de tamanho real móvel que possa ser utilizada não só em São Miguel, mas também em outras ilhas onde existam processos de eutrofização. Explicou que foi efetuada uma candidatura ao Fundo Ambiental para conseguir apoio financeiro para este investimento, aguardando-se uma resposta, e que, não obstante, foi colocada no Plano uma verba de 400 mil euros para este efeito de modo a permitir que se vão fazendo já alguns avanços nesta matéria. No que se refere à Informação e Monitorização do Território, referiu que esta é uma iniciativa que não se dá por concluída, com ações concretas que vão sendo desenvolvidas por toda a Região.

Quanto à ação 11.4.4 - Informação Geodésica, Produção Cartográfica e Cadastro Predial -, mencionou que tem como objetivo a gestão de informação específica, enquanto que em relação à ação 11.4.9 - Plataforma de Informação Cadastral -, devem ser consideradas as iniciativas que estão a ser desenvolvidas, encontrando-se pronta esta plataforma assim como um projeto de Decreto Legislativo Regional que será levado ao próximo Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discussão.

No que se refere à ação sobre Proteção do Talude na Vertente Sobranceira à Vila das Velas, afirmou que esta intervenção foi já concretizada, razão pela qual não consta do Plano de Investimentos para 2020.

A **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** interveio novamente solicitando o ponto de situação relativamente às Cartas de Desporto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** esclareceu que as mesmas não constam como ação no Plano pelo facto de não terem investimento através do mesmo, uma vez que estão a ser elaboradas com recursos internos da própria Direção Regional do Ambiente. Acrescentou que a Carta de São Miguel está pronta, encontrando-se neste momento a ser desenvolvida a Carta de Desporto da ilha Terceira.

Tomou depois a palavra o **Deputado António Lima (BE)** que perguntou qual o ponto de situação da revisão do PEPGRA e do Plano Regional da Água. Perguntou, igualmente, ao que se referia a ação 11.1.17 - PLANCLIMAC - Alterações Climáticas. Quanto à ação 11.2.26 - Requalificação do Miradouro e do Trilho da Lagoa do Fogo -, quis saber o que estava previsto no âmbito desta intervenção. Finalmente, questionou em que consistia o Projeto MITIMAC Água, previsto na ação 11.3.14.

Em resposta, a **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** referiu que o Plano Regional da Água é uma das prioridades para 2020 e está em curso, contando ter concluída a primeira versão deste plano até ao próximo verão. Quanto ao PEPGRA, esclareceu que o mesmo não irá ser revisto este ano, razão pela qual não conta deste Plano.

Informou, depois, que o PLANCLIMAC é um Projeto Interreg, que surgiu como um desafio das Canárias, dizendo respeito a estudos sobre alterações climáticas. Em relação à intervenção na Lagoa do Fogo, afirmou que a grande afluência que se tem verificado àquela área protegida determinou a necessidade de se proceder a um controlo das descidas, através da criação de uma estrutura, um Centro de Receção do Visitante, com alguma capacidade de interpretação daquela paisagem. Referindo-se à iniciativa 11.3.14, explicou tratar-se igualmente de um Projeto Interreg, que abrange duas atividades em concreto: a identificação e análise de processos e etapas do ciclo da água e as suas particularidades em cada região e o estudo e identificação de ecossistemas dependentes de água subterrânea e respetiva caracterização em ilhas vulcânicas.

Interveio a **Deputada Graça Silveira (Independente)** que perguntou, se a Secretária considera importante a qualidade e sustentabilidade ambiental e considerando o impacto provocado na natureza em resultado do crescimento do turismo verificado, como se explica que, em relação ao plano anterior, se constate um decréscimo de cerca de 2 milhões de euros de dotação orçamental em rubricas como a qualidade ambiental e a conservação da natureza e a Inspeção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Regional do Ambiente disponha apenas de uma dotação de cerca de 15 mil euros. Perguntou, também, porque não existem Outros Fundos em nenhuma outra medida para além das Ecotecas.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** começou por explicar que importa distinguir entre o Plano de Investimentos da Região e o Orçamento, uma vez que o reforço de meios inspetivos passa por este último e não pelo Plano de Investimentos. Quanto à conservação da natureza, referiu que existe um conjunto de investimentos que foram já concretizados, nomeadamente, a Casa dos Vulcões, a adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim, a zona de apoio às descidas e estacionamento da Montanha do Pico, a melhoria do Centro de Monitorização e Investigação das Furnas, o Centro de Interpretação de Aves da ilha do Corvo, circunstância que se reflete no desaparecimento das suas dotações embora isso não permita concluir por uma diminuição do investimento. Destacou, nesse sentido, alguns novos investimentos que constam deste Plano tais como a renovação da exposição dos Capelinhos, o Centro de Interpretação do Algar do Carvão, a requalificação do Miradouro e do Trilho da Lagoa do Fogo ou os investimentos que serão feitos ainda este ano no Miradouro da Ferraria. Acrescentou, ainda, a existência de 3 projetos Life nesta legislatura, que permitem trazer para a Região fundos comunitários e investir efetivamente em ações concretas de preservação e de qualidade ambiental.

Esclareceu, depois, que os Outros Fundos não devem ser confundidos com fundos comunitários, tratando-se de outro tipo de receita, como tinha já, aliás, referido o exemplo da Azorina.

A **Deputada Graça Silveira (Independente)** indagou onde constavam os projetos Life no Plano, tendo a **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** apontado a rubrica 11.2.23 como exemplo.

De seguida, tomou a palavra o **Deputado João Corvelo (PCP)** que perguntou, relativamente ao combate a espécies invasoras, se se mantinha a verba destinada ao Planalto Central da ilha das Flores. Perguntou igualmente sobre as verbas para a Casa do Parque assim como para a selagem das lixeiras da referida ilha.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** respondeu que a intervenção relativa ao combate de espécies invasoras no Planalto Central da ilha das Flores será executada ainda



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

no decorrer deste ano, razão pela qual não está prevista no Plano para 2020 uma nova ação. Afirmou, depois, que a verba para a Casa do Parque se encontra prevista, embora não saiba precisar em que rubrica e que a selagem das lixeiras é uma ação já concluída.

Interveio novamente a **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** que questionou se, em relação à alteração do Plano Regional da Água, tinha sido já feita a contratação de algum serviço externo.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** esclareceu que não consta no Plano por estar a ser feita com recursos internos do departamento de recursos hídricos, sendo que a comissão constituída para acompanhar este plano irá reunir brevemente, contando apresentar até ao verão uma proposta efetiva.

Não havendo mais perguntas a Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

c) Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Berto Messias.

O **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP)** iniciou a sua intervenção referindo que, em termos de comunicação e informação institucional, continua a decorrer o processo que visa reformular e criar o novo portal do Governo Regional dos Açores, no sentido da criação de uma nova plataforma de comunicação com o cidadão, a qual deverá estar concluída no primeiro semestre de 2020. Mencionou, também, o *Jornal Oficial* que, depois de ter sido reformulado e renovado, está já a funcionar normalmente. Aludiu, ainda, a recente criação da plataforma LEGISGRA que permite a consulta pública de todos os diplomas do Governo Regional antes de serem aprovados em Conselho de Governo.

Relativamente ao apoio aos media, referiu que o mesmo é materializado através do Promédia 2020, que prevê um conjunto de apoios em várias vertentes, tais como, o apoio à produção, à difusão informativa e ao desenvolvimento tecnológico. Informou que, à semelhança de legislaturas anteriores, se encontram reservados meio milhão de euros, em 2020, para apoio à comunicação social e que se encontram a decorrer, durante o mês de novembro, as candidaturas para o Promédia 2020 do próximo ano.

A **Deputada Graça Silveira (Independente)** perguntou qual foi o rateio do Promédia nos anos de 2019 e 2018?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** respondeu que, em relação a 2019, não foi necessário até ao momento recorrer ao rateio. Referiu que, em 2018, houve essa necessidade, embora não possa precisar valores, podendo disponibilizá-los mais tarde.

Não havendo mais perguntas a Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

d) Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Gui Menezes.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT)** iniciou a sua apresentação referindo que a proposta de Plano para o ano 2020, nos domínios do Mar e das Zonas Costeiras, permitirá continuar e consolidar o caminho que tem vindo a ser trilhado nas áreas da proteção costeira, da conservação marinha e valorização sustentável dos recursos marinhos, do ordenamento das atividades humanas no mar, da promoção da economia do mar e da afirmação do mar como recurso central para o nosso progresso coletivo.

Informou que o investimento previsto ascende a 7,4 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de cerca de 27% relativamente a 2019, justificado pela conclusão de várias empreitadas iniciadas em anos anteriores. Acrescentou que o investimento na gestão e requalificação da orla costeira concentrará cerca de 52% daquele valor, com a conclusão de grandes investimentos em curso e o lançamento de novos projetos e empreitadas de proteção, valorização e estabilização costeira, em áreas consideradas prioritárias. Afirmou que ao projeto da Escola do Mar dos Açores será dedicado 31% do investimento previsto, permitindo concluir os investimentos estruturais e técnicos necessários para o funcionamento pleno daquela infraestrutura estruturante de formação profissional e intensificar o apoio à entidade gestora com vista ao início da formação profissional em vários setores da economia do mar. Referiu, ainda, que mais de 17% do investimento será dedicado à Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha, salientando que, ao longo desta legislatura, as verbas dedicadas a esta área de atuação têm vindo a aumentar significativamente, em linha com os objetivos do Governo no domínio da gestão sustentável dos recursos e ecossistemas marinhos da Região e em resultado de uma forte aposta na captação de fundos comunitários disponíveis em instrumentos financeiros diversificados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Em fase de pedido de esclarecimentos, o **Deputado Luís Garcia (PSD)** mencionou a diminuição significativa das verbas alocadas a este programa, perguntando como se compatibilizava esta situação com as necessidades de proteção da orla costeira verificadas em todas as ilhas. Perguntou, também, se na sequência do Furacão Lorenzo haveria necessidade de ser revista a intervenção prevista na zona de Porto Pim. Em relação à ação 13.1.30, indagou a que se referia o Projeto Abaco. Quis saber, ainda, a razão da ação 13.2.1 - Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA) - não dispor de nenhuma verba alocada neste plano. Finalmente, no que diz respeito à Escola do Mar, perguntou quais as verbas envolvidas neste projeto, o que já havia sido executado e o que faltaria cumprir, quando entraria em funcionamento e qual seria a sua oferta letiva.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** afirmou que, em relação às intervenções na orla costeira, o Governo Regional tem feito um esforço no sentido da definição de obras prioritárias. Informou que, neste momento, no âmbito do PO, todas as verbas destinadas à proteção costeira se encontram completamente esgotadas, apesar de ter sido efetuado um reforço para esta rubrica. Acrescentou, depois, que o decréscimo das verbas alocadas a este programa resulta também do facto de a maior parte dos investimentos de maior vulto terem sido já concluídos, indicando como exemplos os casos de Rabo de Peixe e da Barra.

Seguidamente, referiu que o projeto para a zona de Porto Pim será revisto na sequência do Furacão Lorenzo, uma vez que algumas das soluções técnicas plasmadas no projeto inicial necessitam de ser revisitadas, esperando que essa reformulação possa acontecer até ao final do ano. Quanto ao Projeto Abaco, referiu que o mesmo se trata de um Projeto Interreg MAC, que visa a avaliação do risco de zonas costeiras. Explicou, também, no que se refere ao PEAMA, que este é um programa vasto, relacionado com a proteção e conservação dos ecossistemas marinhos, e que os seus objetivos foram diluídos noutros projetos. Em relação à Escola do Mar, referiu a existência de alguns atrasos relacionados com o facto de a obra em causa implicar a recuperação de edifícios já existentes, entretanto, ultrapassados. Informou que, no presente momento, ocorre a fase de concurso para a instalação de simuladores, que muitos dos equipamentos foram já adquiridos por lotes, estando inclusivamente já instalados na oficina da escola, e que decorrem conversações com várias entidades para aferir as necessidades formativas de cada uma delas. Referiu, ainda, que o concurso para o Parque de Limitação de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Avarias, na ordem dos 700 mil euros, também já se encontra lançado, acrescentando que este é um projeto único a nível nacional.

Interveio novamente o **Deputado Luís Garcia (PSD)** referindo-se à intervenção na zona costeira de Santa Catarina e ao facto de já em planos anteriores ter existido uma verba para este efeito, procurando saber se se trataria da mesma intervenção.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** esclareceu que se tratava, efetivamente, da mesma intervenção, mas que, em virtude de uma série de intempéries ocorridas, houve necessidade de reformular o respetivo projeto, situação que resultou num aumento significativo do custo da obra.

O **Deputado Manuel Ramos (PS)** perguntou, então, a que se devia o atraso na conclusão da proteção da orla costeira da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, e, para além disso, quais os investimentos de proteção da orla costeira que o Senhor Secretário considerava prioritários.

Em resposta, o **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** referiu que as condições meteorológicas associadas à metodologia de colocação dos necessários acropodes, tecnicamente mais difícil, determinaram o atraso verificado, prevendo-se que a obra de proteção da orla costeira da Barra esteja concluída no próximo verão.

Como intervenções prioritárias na orla costeira, referiu Santa Catarina, Fenais, zona de Porto Pim, Vila Nova na Terceira, Calhetas em São Miguel, assim como várias pequenas obras necessárias em todas as ilhas de reposição do existente e de proteção de bens públicos.

Interveio a **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** indagando se a inventariação das zonas prioritárias em termos de proteção estava concluída ou ainda se encontrava a decorrer. Em relação à ação 13.1.12, quis saber para que são os 1181 euros disponíveis. Quanto à ação 13.1.21, perguntou o que determinou a necessidade de se proceder à revisão do projeto. Perguntou, também, no que se refere à ação 13.1.23, o motivo da obra ter sido adiada para o próximo ano. Finalmente, quis saber se a intervenção nas Calhetas de Rabo de Peixe prevê mais alguma fase no que diz respeito à reabilitação e proteção daquela zona.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** respondeu que as áreas prioritárias em termos de proteção e defesa da orla costeira estão já todas identificadas, embora na sequência do Furacão Lorenzo tenham surgido novas situações e algumas delas tenham assumido primazia em relação às já existentes. Em relação à ação 13.1.12, esclareceu que o valor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

disponível diz respeito apenas a acertos finais da obra. Quanto à ação 13.1.21, explicou que o projeto de Santa Iria foi reavaliado tendo-se chegado à conclusão que não respondia às necessidades de segurança que se verificavam, para além de os valores em causa serem demasiado elevados, cerca de 600 mil euros, revelando-se uma intervenção excessiva para uma zona balnear. No que se refere à ação 13.1.23, referiu que também houve uma reformulação do projeto, embora neste momento esteja já adjudicado. Quanto às Calhetas de Rabo de Peixe, mencionou as dificuldades que se têm verificado no realojamento das pessoas, explicando que o projeto será faseado, prevendo uma intervenção nas zonas de maior risco e aguardando o próximo quadro comunitário de apoio para algumas das fases que se prevêem.

O **Deputado João Bruto da Costa (PSD)** solicitou esclarecimentos em relação às intervenções nas zonas do Carapacho e de Santa Cruz, na ilha Graciosa.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** esclareceu que o levantamento da zona do Carapacho foi já realizado e que o Plano conta com uma verba de cerca de 180 mil euros para situações extraordinárias podendo esta zona ser aí incluída. Em relação a Santa Cruz, referiu que a zona está identificada, embora não se preveja uma intervenção para 2020.

Tomou a palavra o **Deputado António Lima (BE)** que, referindo-se à estabilização da zona costeira de Santa Catarina em São Jorge, perguntou, para além do custo ambiental, que custo financeiro teve para o erário público o aumento do valor da obra.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** esclareceu que devido às intempéries ocorridas e na sequência da realização de um novo estudo para se averiguarem as profundidades junto à costa, concluiu-se pela necessidade de reformulação do projeto, prevendo-se um aumento do valor da obra de cerca de 500 mil euros para 1 milhão de euros.

Não havendo mais perguntas a Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** deu o seu parecer favorável atendendo à análise dos documentos apresentados, assim como das audições dos membros do Governo Regional se depreender



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

permitirem os mesmos a prossecução dos objetivos traçados no Programa do Governo e nos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista.

Os *Grupos Parlamentares do PSD, do BE e a Deputada Independente* abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou:

1. Com o voto favorável do Partido Socialista quanto à iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, do BE e da Deputada Independente, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Plano Anual Regional para 2020, nas áreas de competência da Comissão.
2. Com o voto favorável do Partido Socialista quanto à iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, do BE e da Deputada Independente, emitir parecer à aprovação da Proposta de Orçamento para o ano de 2020, nas áreas de competência da Comissão.

O presente relatório setorial vai ser remetido à Comissão de Economia.

Madalena do Pico, 13 de novembro de 2019

A Relatora

Marta Ávila Matos

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Maria da Graça Silva